

## Uma contribuição à história do jornalismo econômico em Portugal<sup>1</sup>

Larissa Morais, Universidade Federal Fluminense/Universidade do Minho<sup>2</sup>

### RESUMO

**Resumo:** Este artigo reúne informações sobre a consolidação da imprensa econômica em Portugal, no fim dos anos 1980, a partir da desestatização de jornais que haviam sido adquiridos pelo Estado português após a Revolução dos Cravos (1974). O material foi levantado em entrevistas em profundidade com jornalistas econômicos de Portugal que iniciaram a carreira entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 e acumularam vasta experiência profissional. Nessas conversas, também ouvimos esses jornalistas sobre o mercado hoje. Eles foram entrevistados no contexto de uma pesquisa mais abrangente que tem por objetivo comparar o jornalismo econômico do Brasil e o de Portugal, de modo a entender a influência da ideologia neoliberal nas notícias e nas rotinas profissionais. Trata-se de uma contribuição ao registro da história do jornalismo econômico em Portugal, tema sobre o qual verificamos haver uma lacuna bibliográfica.

### PALAVRAS-CHAVE

história da imprensa; jornalismo econômico; Portugal

### Introdução

A temática econômica já está presente nos primeiros jornais portugueses, no século XVII. Considerada por autores como José Manuel Tengarrinha (1989) e Jorge Pedro Sousa (2018) como o primeiro jornal periódico de Portugal, a *Gazeta da Restauração* (1641-1642) publicava notícias sobre as finanças da corte, comércio, o movimento das frotas coloniais e a constituição das companhias de comércio e manufaturas (Sousa, 2018). A economia europeia era movida pela atividade mercantil, e a elite letrada que consumia os jornais da época tinha interesse em conhecer os principais acontecimentos e resoluções em torno do assunto.

Ao analisar esse periódico mensal, Sousa (2028) constata, contudo, que o espaço para as notícias econômicas era bastante restrito. Mais precisamente, de 2% do espaço

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Associada do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), em pós-doc na Universidade do Minho (UMinho) entre janeiro e junho de 2024. larissamorais@id.uff.br

---

editorial. Os assuntos mais frequentes, segundo classificação do pesquisador, eram Guerra e Assuntos Militares (47%) e Sociedade e Cultura (23%).

De acordo com Christiana Martins (2007), os primeiros jornais de teor econômico surgem entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX: *Com Privilegio Real* (Lisboa, 1778 a 1897), o *Correio Mercantil e Económico de Portugal* (Lisboa, 1790 a 1810) e o *Preços Correntes na Praça de Lisboa* (Lisboa, 1807<sup>3</sup>). Esse último era similar a publicações que, dois séculos antes, ficaram conhecidas como “preços correntes”, por publicarem os valores de mais de 200 produtos comercializados na época, em cidades portuárias da Holanda e da Inglaterra.

A existência dos primeiros jornais econômicos estaria ligada à grande movimentação comercial do período, especialmente com o Brasil (Tengarrinha, 1989). O autor observa que, depois dos jornais políticos e noticiosos do século XVII, surgem em Portugal, em número cada vez maior, jornais especializados em apenas um tema. Dos que ele contabilizou entre 1749 e 1807, aparecem onze jornais literários e musicais, sete científicos, seis históricos, três comerciais (que aqui vamos considerar como ligados à origem do jornalismo econômico), dois de agricultura e um feminino.

Christiana Martins (2007) ressalta que as agências de notícias sempre foram o veículo fundamental de disseminação de informação econômica em escala mundial. Da Silva (s/d) afirma que a primeira agência internacional a distribuir notícias em Portugal foi a francesa Havas, em 1866, no Diário de Notícias (da Silva, s/d). Pedro Aguiar (2024) sustenta que a Agência Americana Telegraphica (AAT) foi a primeira a atuar no Brasil e na América Latina, entre 1874 e 1875, e manteve um escritório em Lisboa no período. A chegada de outras agências se daria já no século seguinte, em 1943, durante o Estado Novo<sup>4</sup>.

Da Silva explica que, em 1870, as agências Havas, Reuter e Wolff dividiram entre si o mundo quanto ao direito de exclusividade de distribuição noticiosa. O envio de notícias a Portugal, Espanha, Itália, França e colônias ficou a cargo da Havas. A Grã-Bretanha e a Holanda, juntamente com suas colônias, foram postas sob os serviços da Reuter, agência que anos mais tarde passaria a se chamar Reuters. Já Alemanha, Rússia e os países escandinavos ficaram na zona de influência da agência alemã Wolff. Com a

---

<sup>3</sup> A pesquisa não aponta o ano de encerramento das atividades do jornal.

<sup>4</sup> O Estado Novo em Portugal começa oficialmente com a Constituição de 1933, mas tem origens no golpe militar de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa.

---

quebra do monopólio da Havas, a Reuter começou a vender serviços em Portugal em 1943, via telégrafo, e no ano seguinte abriu um escritório.

A primeira agência de notícias de origem portuguesa foi a Lusitânia, em 1944. Seu fundador foi Luís Caldeira Lupi, que havia sido correspondente da Associated Press e da Reuter e não gostava do modo como as notícias sobre Portugal eram publicadas nos jornais das colônias portuguesas, vindas das agências estrangeiras. Anos mais tarde, a Lusitânia daria origem à agência Lusa, principal do país, e com forte penetração nas hoje ex-colônias.

Os anos das ditaduras de António de Oliveira Salazar (1932 a 1968) e Marcelo Caetano (1968 a 1974) tiveram como marca o controle político, por meio da censura, e econômico, pela dominação do setor bancário sobre os veículos de imprensa – como mostram Mário Mesquita (2024) e Suzana Cavaco (2022). Depois da Revolução dos Cravos (que os portugueses costumam chamar de “o 25 de abril”), em 1974, caiu a censura que continha o desenvolvimento da imprensa, mas as disputas políticas em torno do controle dos meios de comunicação nos anos seguintes travaram o desenvolvimento mais pleno desse setor. Foi só em 1987 que Portugal desestatizou veículos que haviam sido incorporados pelo Estado no ano seguinte ao da Revolução, trazendo maior pluralidade ao mercado jornalístico.

Mário Mesquita (2024) separa a história do jornalismo em Portugal, depois da revolução, em três fases: Ideologias (1974-1975), logo em seguida à revolução e marcada pelo combate aos remanescentes do regime salazarista; Instituições (1976-1987), fase marcada por uma maior subordinação dos meios ao Estado; e Mercado (1987-1995), que se dá com a abertura à participação da iniciativa privada nos meios de comunicação. É desse último período que tratamos com os entrevistados. Foi um momento em que o mercado jornalístico se expandiu e diversificou em diversas áreas, notadamente a econômica. Outro fator apontado como importante para a valorização do jornalismo econômico, na época, foi a entrada de Portugal na União europeia, em 1986. Para esses profissionais de imprensa, os jornais consideraram que era importante ajudar a sociedade a entender as mudanças que viriam com essa nova realidade.

O presente artigo trata desse momento crucial para o jornalismo econômico português, quando foram fundados o *Semanário Económico* (1987-2009) e o *Diário*

---

*Económico* (1989-2010<sup>5</sup>) – dois jornais de referência no segmento. Embora nenhum dos dois exista mais, há um consenso, entre jornalistas que viveram a fase de criação desses veículos, que ambos abriram espaço para a expansão da imprensa econômica e a posterior inauguração dos veículos especializados que hoje operam<sup>6</sup>. O *Semanário Económico* pertenceu ao grupo Proifec e depois foi vendido para o grupo Recoletos, que é controlado pelo Mediagroup. Já o *Diário Económico* era controlado pela empresa S.T. & S.F. Sociedade de Publicações.

Reunimos memórias desse período com quatro jornalistas econômicos que entraram na profissão nessa época e acumulam vasta experiência profissional como repórteres, editores ou executivos, em veículos de médio e grande porte da imprensa de Portugal. Eles foram ouvidos em entrevistas no contexto de uma pesquisa mais abrangente que tem por objetivo comparar o jornalismo econômico do Brasil e o de Portugal, de modo a entender a influência da ideologia neoliberal e do capital financeiro nas rotinas produtivas e nas notícias. É o que Paula Puliti (2009, 2013) chamou de financeirização do noticiário econômico.

### **A imprensa de Portugal após o 25 de abril**

O período entre a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, e o 11 de março de 1975 – quando se dá a estatização da maior parte dos jornais impressos em Portugal – é caracterizado por uma intensa disputa pelo controle da comunicação social entre remanescentes do regime ditatorial e diferentes grupos políticos que nasceram ou ganharam força na revolução (Mesquita, 2024).

Ainda segundo Mesquita (2024), uma das primeiras medidas após o 25 de abril foi a queda da censura à imprensa que vigorou no período da ditadura. Mas os bons ventos passaram rapidamente. No embate entre forças que na época defendiam o controle dos meios de comunicação e as que lutavam pelo pluralismo, venceu o primeiro grupo. Sob influência do Partido Comunista Português (PCP) e da esquerda militar não comunista, o Ministério das Forças Armadas (MFA) criou uma comissão *ad hoc* para controlar a imprensa, televisão, rádio e cinema.

---

<sup>5</sup> Depois do encerramento em 2010, em 2016 foi publicada mais uma edição de papel. O ano de 2016 foi também o que marcou o fim do jornal na internet.

<sup>6</sup> Estamos falando do Jornal de Negócios, fundado em 1998, o Jornal Económico, de 2026, e o Eco (Economia Online), somente na internet. Esses são, atualmente, os três principais jornais econômicos do país.

---

A comissão tinha poderes para, por exemplo, aplicar multas ou suspender publicações por até 60 dias, caso infringissem normas que determinavam, por exemplo: não incitar desobediência militar, greves, paralisações ou atos ilegais; não ofender o presidente, chefes de estado, integrantes do governo ou representantes diplomáticos. Também não eram permitidas “agressões ideológicas” ao programa de governo. Declarações do presidente deveriam se basear em textos fornecidos pelos serviços oficiais.

Mesquita (2024) assinala que as normas revelavam desconfiança quanto ao profissionalismo da imprensa e apego às informações que emanavam das fontes oficiais. A comissão aplicou seis multas antes da queda do general Spínola<sup>7</sup>, em setembro de 1974. Dessas sanções, cinco penalizaram veículos de esquerda, por críticas à condução do processo de descolonização em países da África.

Depois que o general deixou o governo, a comissão ganhou novos integrantes e suas atividades se tornaram ainda mais intensas. Entre setembro de 1974 e fevereiro de 1975, foram suspensas 28 publicações, por períodos entre 4 a 60 dias. Desta vez, as sanções atingiram principalmente jornais regionais, na maior parte das vezes ligados à igreja católica. A explicação é que, sem espaço nos órgãos de difusão nacional, a direita recorreu à formação de opinião pública por meio dos jornais de província.

Sobre a situação profissional dos jornalistas, Mesquita (2024) observa que a revolução encontrou a categoria bastante mal preparada. Não havia ensino universitário da comunicação social ou do jornalismo. Além disso, “os hábitos adquiridos a escrever sobre vigilância não constituíam treino adequado para o exercício responsável e qualificado da liberdade de imprensa” (Mesquita, 2024, p. 73). O autor registra ainda que, sob António Salazar e Marcelo Caetano, o jornalismo era uma profissão de pouco prestígio, baixos salários e extremamente burocrática.

A Lei de Imprensa de Portugal é do ano de 1975. Na época, a TV já era um monopólio estatal e as concessões de rádio pertenciam ao estado ou à Igreja. Restava disciplinar a imprensa escrita. O resultado dos debates levou a uma legislação em que “prevaleceu o espírito liberal e democrático sendo proibidas (...) formas de pressão política do poder constituído e, por outro lado, também defendida contra o controlo de grupos econômicos manipuladores da função social da informação” (Mesquita, 2024, p.

---

<sup>7</sup> António de Spínola foi primeiro presidente a assumir após o 25 de abril de 1974. Foi derrubado em setembro do mesmo ano por tentar um golpe para reconduzir a direita militar ao poder

---

97, 98). Entre as novidades, a lei regulamentou o direito de resposta, estabeleceu sigilo profissional e criou o Conselho de Imprensa, com a missão de resguardar a liberdade de imprensa contra o poder político e econômico. Contudo, ainda segundo Mesquita (2024), a lei já nasceu como letra morta. Quando entrou em vigor, os principais jornais já estavam sob controle do estado português, como explicamos a seguir.

O marco da nova fase, que Mesquita chamou de Instituições, foi março de 1976. Frustrada a tentativa de golpe e afastada a direita militar do poder, a briga no campo da comunicação em geral, e do jornalismo em particular, passou a se dar entre socialistas – defensores de uma concepção mais pluralista – e comunistas – que queriam colocar a imprensa a serviço da revolução. A estatização dos principais títulos da imprensa escrita foi um dos resultados da vitória dos comunistas nesse embate. Além do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*, que já pertenciam ao estado, passaram a integrar o setor público jornais como *O Século*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *O Comercio do Porto*, *A Capital*. Dos jornais relevantes, os únicos que permaneceram privados foram *A República* e *O Primeiro de Janeiro*.

Mesquita (2024) observa que nenhum grupo político reivindicou abertamente nacionalização da imprensa. Contudo, mais tarde ficou claro que a subordinação dos meios ao Estado era um objetivo estratégico de setores dominantes das forças armadas. A mudança na posse dos jornais foi apresentada à sociedade como fato consumado, ocorrido como consequência da nacionalização do setor bancário e de seguros<sup>8</sup>. Como os bancos eram acionistas ou credores dos principais jornais, com sua nacionalização as ações dos jornais foram para as mãos do governo.

Ainda de acordo com o autor (Mesquita, 2024), ao longo dessa fase, mas principalmente até a crise de 25 de novembro de 1975 – quando grupos militares de esquerda tentaram um golpe e foram combatidos pela ala mais moderada das forças armadas – se acentuou a influência da manipulação partidária, especialmente pelo Partido Comunista Português (PCP). A revisão constitucional de 1982 não introduziu inovações significativas no regime jurídico da comunicação social.

Numa síntese sobre o jornalismo em Portugal após a Revolução dos Cravos, que ela chama de “golpe militar de 25 de abril”, Suzana Cavaco (2022) afirma que:

Com o golpe militar de 25 de Abril, Portugal mudou. E a imprensa também. Mas também se registaram falsas alterações.

---

<sup>8</sup> A bibliografia de referência em Portugal usa a expressão “nacionalização da banca”.

---

O posicionamento estratégico dos partidos políticos passou pela Imprensa. Esta transformou-se numa espécie de microcosmo de fronteiras muito porosas onde os agentes políticos, militares, laborais e jornalísticos se digladiavam na definição do rumo e natureza política, económica e social do novo regime. As fortes divergências políticas sobre o processo de democratização do país levaram as partes em confronto a controlar/silenciar os meios de comunicação social. Em nome da Liberdade e da Democracia/Revolução. (Cavaco, 2022, p. 407)

Depois de tantos anos entre a repressão e expectativas frustradas, fica mais fácil compreender porque a geração que chegou à imprensa na fase de abertura do mercado reuniu tantas expectativas sobre o futuro do jornalismo em Portugal e o seu próprio futuro profissional.

## **Metodologia**

Como a etapa de pesquisa bibliográfica sobre a história da imprensa em Portugal trouxe poucos dados sobre o segmento econômico, decidimos levar o tema para o conjunto de entrevistas que seriam realizadas tendo como objetivo principal discutir a influência do capital financeiro no jornalismo de Portugal e do Brasil.

Primeiro realizamos algumas entrevistas contextuais, com o objetivo de colher dados preliminares e de contexto sobre o universo do jornalismo em Portugal. As entrevistas em profundidade (Duarte; Barros, 2015) foram realizadas em seguida. Selecionamos seis jornalistas econômicos que trabalham em jornais generalistas, jornais especializados em economia e agências de notícias. Entre eles, quatro acumulam 30 anos ou mais de experiência e compartilharam suas lembranças do momento em que os primeiros jornais econômicos da fase pós abertura de mercado em Portugal anunciaram que contratariam jovens interessados em se tornarem repórteres. Os nomes dos entrevistados e entrevistadas são mantidos em sigilo, por decisão prévia às conversas. Eles serão denominados por meio de números, escolhidos pela ordem em que foram ouvidos. No processo de estruturação do trabalho, ficou claro que seria mais fácil colher impressões francas sobre a profissão e as influências que recaem sobre o noticiário econômico se os entrevistados não se sentissem expostos.

Os dados verificáveis foram checados e os memorialísticos, fluidos por natureza (Bergson, 1929), foram acolhidos, analisados e registrados. O material contribui com o registro da história do jornalismo econômico de Portugal e nos ajuda no esforço de reflexão sobre o significado do exercício do jornalismo, no contraste entre hoje e quase trinta anos atrás.

## Resultados

Sobre o perfil dos entrevistados e entrevistadas – dois homens e duas mulheres, com idade acima de 50 anos – cabe ressaltar que apenas um se graduou em Comunicação Social. Do restante do grupo, um fez História, outro Economia e uma entrevistada fazia Direito quando começou a estagiar, mas não chegou a concluir o curso. Aqui cabe explicar que, em Portugal, para alguém ser considerado jornalista necessita, obrigatoriamente, fazer um estágio em veículo de imprensa. O Sindicato dos Jornalistas considera que é o estágio, com duração de 12 a 18 meses, que forma o profissional. Diferentemente do que ocorre no Brasil, se um profissional se forma em Comunicação, com habilitação em Jornalismo, ou em Jornalismo, mas não faz o estágio, não é considerado jornalista, mas bacharel em Comunicação Social ou em Jornalismo<sup>9</sup>. E mais: em Portugal, se um jornalista deixa de trabalhar em jornal e vai para uma assessoria de imprensa, perde a carteira que o habilita a exercer a profissão de jornalista.

O que nossos entrevistados viveram no início de suas vidas profissionais foi a oportunidade de entrar numa atividade que admiravam. Uns já gostavam da área econômica, como o entrevistado formado em Economia, e outros teriam feito outras escolhas, mas aceitaram de bom grado a oportunidade que apareceu. O Jornalista 4 disse que, como quase todos os demais do grupo, queria escrever sobre Cultura, mas aceitou a sugestão dos recrutadores de ir para a Economia. Houve ainda quem, quando viu o anúncio de emprego, não tinha sequer pensado em se tornar jornalista até aquele momento, caso da ex-estudante de Direito.

Nos depoimentos, colhemos muitas impressões de satisfação e surpresa com a chance que apareceu, tais como: “Ser jornalista? Pá, gosto disso”, do Jornalista 1, ou “voltar para o Direito não fazia sentido”, da jornalista 2. Ou ainda “fui um dos 25 estudantes de até 25 anos selecionados para trabalhar no Público”, disse, em tom orgulhoso o Jornalista 4.

Ainda sobre a formação, a Jornalista 2 disse que não sentiu necessidade de estudar Comunicação ou Jornalismo, porque já conhecida muito bem a profissão quando concluiu seu período de estágio. Ser advogada, por outro lado, já não estava em questão, pois ela

---

<sup>9</sup> No Brasil, mesmo em cursos onde o estágio é obrigatório, o futuro profissional não precisa estagiar em redação jornalística. Pode, por exemplo, estagiar em assessoria de imprensa, comunicação interna, mídias sociais ou outros mercados.



se identificou totalmente com o ofício de jornalista. Quando perguntei para a Jornalista 3 como ela foi para o jornalismo econômico, a resposta foi bem franca: “Era onde havia vagas, quando comecei, não houve uma escolha prévia”.

Agência Reuters também fez contratações no período, só que em escala bem menor. Mais de 30 anos depois, um dos profissionais selecionados, o Jornalista 1, considera que a entrada de Portugal na zona do Euro ajudou a expandir esse novo espaço profissional. Ele contou que houve bastante demanda por informações de qualidade, e que não foram só os jornais impressos que reforçaram suas equipes. Os telespectadores dos jornais televisivos também passaram a ver novos comentaristas de Economia nos programas. Para esse repórter, os períodos de novidades econômicas, mas também de crise, valorizam o trabalho do jornalista especializado. Por isso a chamada crise da Troika<sup>10</sup>, que Portugal atravessou em 2008, gerou novas contratações.

Todos os entrevistados deram a entender, em algum momento da entrevista, que se sentiam privilegiados de ter começado na profissão entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Embora os jornais generalistas e as agências de notícias já tivessem repórteres cobrindo economia, na época, o fato de terem começado num momento relevante para a atividade, faz com que se sintam pioneiros do jornalismo econômico no país.

### **A atividade jornalística em Portugal, hoje**

Como a geração que viveu a euforia com o fim da censura e a abertura do mercado jornalístico de Portugal a novos investidores enxerga o jornalismo hoje, em relação ao passado? Essa foi uma das questões relevantes do questionário da pesquisa.

Jornalista 5, um dos mais experientes do grupo, que passou por todos os principais cargos em redação de jornal, inclusive de diretor, expôs um quadro crítico, inclusive no que se refere à qualidade do material que a imprensa oferece hoje. Para ele, hoje há muitas notícias meramente declaratórias, quando deveria haver “notícias que incomodam”. Outro problema é “a falta de meios gritante, para se trabalhar”. Ele considera, ainda que a imprensa tem apresentado “informações planas”, quer dizer, sem nuances e densidade, e sem a pujança de outros tempos.

---

<sup>10</sup> A crise financeira em Portugal, que teve seu auge de 2010 a 2014, foi originada na crise financeira global de 2008. Durante o período, a desigualdade social aumentou e houve corte de serviços básicos e salários do funcionalismo.

Os entrevistados disseram considerar o mercado de jornalismo econômico um pouco melhor que o de outras áreas de cobertura, por requerer maior nível de especialização. Eles também concordam que existe hoje uma forte crise afeta as empresas jornalísticas em geral, em diferentes partes do mundo, e não especificamente o segmento econômico.

Para além dos problemas de qualidade, Jornalista 2 enfatiza a falta de compensações, inclusive financeira: “o pagamento é desproporcional ao esforço necessário”. Ela considera que os jornalistas fazem demais “por amor à camiseta”<sup>11</sup> e que não têm o hábito de lutar por suas próprias condições de trabalho. Ela foi a única a dizer que se esforça para não passar do horário regular de expediente (10h às 17h), porque está cansada de trabalhar mais do que o acordado sem ganhar compensação. Ela contou que, quando a única filha nasceu, durante a crise de 2008, ela chegava em casa duas, três horas da manhã quase todos os dias, e que isso foi muito difícil para sua família.

Sobre a qualidade do jornalismo econômico de hoje, ela afirmou que “tem muita coisa publicada que é do interesse de meia dúzia, e não do público em geral” e “há demasiada análise e opinião, quando o foco deveria estar na informação”. Por outro lado, ela acha que o segmento se profissionalizou nos últimos anos e produz bastante conteúdo de qualidade. Em consonância com outros entrevistados, considera que o jornalismo econômico em Portugal vive os mesmos problemas que outros segmentos de cobertura e procura sobreviver, enquanto busca de novos modos de se tornar mais rentável.

A Jornalista 3 considera que o mercado está mais fechado, com menos veículos e vagas do que em anos recentes, o que fragiliza o jornalista na sua relação com os padrões e gera uma juvenilização das redações.

Alguns diários econômicos desapareceram e os que existem têm equipes reduzidas. É um mercado pequeno e pouco dinâmico, que teve a saída de muitos jornalistas sêniores, porque os salários oferecidos são baixos. Eles foram substituídos por jornalistas iniciantes. Há cinco, seis anos, a situação de mercado estava melhor. Os salários estavam mais altos, na média, e parecia haver mais perspectivas”. (JORNALISTA 3, 22/04/2024)

Mas se por um lado ela acha ruim que não haja tanta troca geracional nas redações, por outro considera que a internet facilita o acesso a diversas fontes de informação, o que simplifica e expande alguns horizontes do trabalho jornalístico. Quando perguntei sobre a qualidade do jornalismo econômico português hoje, Jornalista 3 respondeu que “nem

---

<sup>11</sup> No Brasil, a expressão correspondente seria “amor à camisa/ao time”; representa, com caso, amor à profissão.

---

sempre as grandes equipes faziam um grande trabalho” e que “hoje é mais fácil confirmar ou desmentir o que uma fonte falou”.

Um aspecto ruim dessa realidade, na visão dela, é que agora os profissionais trabalham o tempo todo. Seu horário de trabalho é de 7 a 9 horas ao dia, mas não é incomum chegar a 11 horas de jornada. Sobre o próprio salário, disse que “é bom se comparado ao de alguns colegas, mas está estagnado há dez anos, e acumula uma grande perda em relação à inflação”. Ela demonstrou incômodo com o fato de que, quando um jornalista se torna sênior e tem um salário mais alto, há poucas posições disponíveis no mercado.

Sobre o próprio salário, o jornalista 5 deu uma resposta ambígua e bem-humorada, quando perguntamos se ele considerava o próprio salário justo: “sim, me contento com pouco”. Já a jornalista 2 disse: “ninguém vai te responder que sim”.

O primeiro jornalista entrevistado foi o que demonstrou maior satisfação com a profissão e o salário. Jornalista 1 trabalha bastante (normalmente dez horas por dia), mas pondera que se diverte nas horas de labuta e é bem remunerado. Ele já fez vários cursos internos de aperfeiçoamento, todos oferecidos pela empresa em que trabalha. Na faixa dos 55 anos, cerca de 30 na profissão, reconhece que conseguiu uma posição privilegiada num mercado que é restrito. Ele considera que o jornalismo econômico é uma área de mais prestígio do que as demais, e que as agências de notícias são o melhor lugar para se trabalhar, dentro do segmento econômico.

Quando se refere ao mercado de jornalismo econômico de modo em geral, aponta problemas como a dependência dos *press-releases*, o aproveitamento acrítico desses textos, a falta de profundidade de muitas reportagens e a limitação (em número de pessoas) das equipes para poder produzir coberturas de fôlego. Outro ponto fraco diz respeito à abordagem dos debates econômicos: “há muitas matérias sobre a distribuição da riqueza, mas poucas sobre a produção de riqueza. Não se discute o modelo de desenvolvimento do país”, criticou.

É interessante assinalar que todos os entrevistados que fizeram críticas à qualidade do jornalismo de hoje, referiram-se ao mercado de maneira geral, mas em nenhum momento aos veículos onde trabalham. Cada um demonstrou, ao longo da conversa, algum nível de orgulho pelo trabalho que realiza e/ou pela empresa jornalística à qual está vinculado.

---

Interessante assinalar também que, apesar das críticas, todos disseram que, se o tempo voltasse, escolheriam novamente a profissão de jornalista. Só que duas, dos quatro entrevistados, disseram que, se fossem jovens hoje, não fariam a mesma escolha. A relação com a profissão provoca uma sensação dúbia. Por um lado, três dos quatro veem um declínio em relação aos anos de ouro recentes do jornalismo português, por outro orgulham-se de exercer uma profissão que tem uma função social relevante.

As respostas vão parcialmente ao encontro de um trabalho recente sobre as condições de trabalho do jornalista português. Trata-se do Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal, promovido pela Associação Portuguesa de Imprensa (API), a Casa da Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas (SJ), com o apoio da Federação Europeia dos Jornalistas (FEJ)<sup>12</sup>. O relatório do estudo mostra a existência de ambientes de trabalho tóxicos e identifica uma profissão marcada por sobrecarga laboral, conflitos éticos, degradação da qualidade do trabalho, dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, salários baixos e precariedade.

Alguns dos dados principais destacados pelo Sindicato dos Jornalistas de Portugal são que quase metade (48%) dos jornalistas portugueses tem níveis elevados de esgotamento e cerca de 18% apresentam exaustão emocional que variam entre um nível muito elevado e extremamente elevado. Um total de 38% apresenta problemas mentais decorrentes do próprio trabalho jornalístico. Além disso, 15,1% declaram ser alvo de assédio moral pelas chefias ou colegas e um terço considera que há desequilíbrio entre sua vida pessoal e a profissional.

### **Considerações finais**

Este artigo apresenta dados e impressões de uma geração que assistiu a expansão do jornalismo econômico em Portugal, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando Portugal desestatizou seus principais jornais generalistas e viu serem criados veículos especializados no segmento de economia. Depois de recuperar um pouco da história do início do jornalismo econômico no país, antes e durante a abertura de mercado, compartilhamos depoimentos que traduzem um pouco da euforia de viver este momento e algum grau de desapontamento com a situação do mercado hoje.

---

<sup>12</sup> Coordenada pelo Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, da Universidade Nova de Lisboa, a pesquisa está disponível em: <https://jornalistas.eu/inquerito-as-condicoes-de-vida-e-trabalho-dos-jornalistas-descrevem-situacao-devastadora-na-profissao/>. Os 866 questionários que geraram o relatório final foram aplicados em abril e maio de 2022.

Os jornalistas ouvidos demonstraram em seus depoimentos um sentimento dúbio em relação à profissão. Por um lado, a satisfação de exercer um trabalho “do bem” (nas palavras do jornalista 4, as pessoas [jornalistas] sentem que estão a contribuir para uma sociedade melhor”) e que gera boas trocas intelectuais. Por outro, dois entrevistados registraram o incômodo de ser receber uma compensação financeira aquém do nível de exigência vivido. Todos relataram que as equipes dos principais jornais vêm sendo reduzidas, estão mais jovens e dependem cada vez mais dos *press-releases* e comunicados oficiais. Outro ponto crítico é a sensação de assistir o aprofundamento de uma crise que ninguém sabe se e como irá acabar.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. Agencia Americana Telegraphica, a primeira agência de notícias do Brasil e da América Latina. Website Agências de Notícias UFF, 11/2/2024. Disponível em <<https://agenciasdenoticias.uff.br/2024/02/11/aat/>>.

BERGSON, Henri. **Matter and Memory**. London: George Unwin Ltd./New York: The MacMillan Company, 1929 [1908].

CAVACO, Suzana. Para uma história do negócio da imprensa portuguesa: políticas da informação entre 1926 e 1976. In: CABRERA, Ana; LIMA, Helena (Orgs.) **Imprensa em Portugal: uma história**. Lisboa: IC Nova, 2022. Disponível em: <https://colecaoicnova.fcs.unl.pt/index.php/icnova/article/view/116>. Acesso em 11 jul. 2022.

DA SILVA, Sónia Maria Pereira. Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas, s/d. Disponível em <http://bocc.ufp.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf>. Acesso em 9 set. 2024.

DUARTE, Jorge; BARROS. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, Wilton; ROSA, Gonçalo. **Jornalista, espião e empresário: a vida aventureira de Luís Lupi nos corredores do Estado Novo**. 2ª ed. Lisboa: Âncora, 2023.

MARÍN, Ezequiel Hortelano. As relações comerciais entre Portugal e Ibero-América através da imprensa económica caso do Jornal de Negócios. Dissertação (mestrado em Comunicação). Universidade do Porto, 2015.

MARTINS, Christiana. **30 anos de Jornalismo Econômico em Portugal (1974-2004)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MESQUITA, Mário. **25 de abril**. A transformação dos media. Lisboa: Tinta da China, 2024.

---

PULITI, Paula. A Financeirização do Noticiário Econômico (1989-2002). 150f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PULITI, Paula. **O juro da notícia**. Jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro. Florianópolis: Insular, 2013.

SOUSA, Jorge. **Gazeta “da Restauração”** (1641-1642) – A introdução ao periodismo noticioso em Portugal. In: Notícias em Portugal. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/66079/1/ICNOVA\\_NoticiasPortugal\\_Gazeta\\_da\\_Restauracao.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/66079/1/ICNOVA_NoticiasPortugal_Gazeta_da_Restauracao.pdf). Acesso em 13 jun. 2024.

TENGARRINHA, José Manuel. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Caminho, 1989.